



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DANIEL ROSÁRIO MAGALHÃES CONCEIÇÃO

ÁGUAS PASSADAS.

UM OLHAR SOBRE OS AGUADEIROS DA BAHIA (1850-1900)

Salvador
2022

DANIEL ROSÁRIO MAGALHÃES CONCEIÇÃO

ÁGUAS PASSADAS.

UM OLHAR SOBRE OS AGUADEIROS DA BAHIA (1850-1900)

Trabalho de conclusão de curso de Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Luigi Negro.

Salvador
2022

RESUMO

O estudo em questão tem por finalidade conhecer as condições de vida e trabalho de homens e mulheres investidos no ofício de aguadeiros, ao longo da segunda metade do século XIX, na cidade de Salvador, Bahia. Buscará, então, compreender quem eram essas pessoas, como interagiam com o mundo à sua volta e de que forma contribuíram para o mundo do trabalho e a formação da cultura e identidades locais, a partir de suas trajetórias. No intuito de concretizar esse desígnio, partirá de vetores determinantes, que abordarão três pontos estratégicos, a saber: Quem eram os aguadeiros? O que eles faziam? Como se relacionavam com o poder público e a coletividade? No afã de cumprir com as intenções aqui anunciadas, serão utilizadas fontes jornalísticas e outros trabalhos que já tenham se debruçado sob o tema, o que finda por evidenciar um caráter qualitativo da pesquisa, mas de cunho exploratório-descritivo do discurso, que não tenciona refutar ou confrontar teses e argumentos anteriores, senão como provocações outras que possam servir de inspiração para trabalhos futuros.

PALAVRAS CHAVE: Condições de vida e trabalho. Homens e mulheres. Aguadeiros. Cidade de Salvador, Bahia. Contribuições e identidades.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. AGUADEIROS.....	7
3. ÁGUA QUE VAI, ÁGUA QUE VEM: ENTRE O LABOR E A LIBERDADE.....	10
4. AGUADEIROS E A CIDADE DE SALVADOR.....	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS.....	21

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho abre uma janela para o passado ao propor um olhar sobre o ofício dos aguadeiros na cidade de Salvador, Bahia, na segunda metade do século XIX (1850-1900).

A expressão “águas passadas”, contida no título, aponta para aspectos da própria trajetória do tempo e espaço, mas, para além, flerta com a forma como o labor de tais pessoas lhes permitia um alto grau de penetração social e cultural naquela coletividade. No ir e vir de seus barris - que abasteciam casas e comércios da Salvador oitocentista - as “águas passadas” representam muito mais que o precioso líquido indispensável à vida, como veremos ao longo das linhas que ora se anunciam.

O período de 1850 a 1900 acolheu meio século de processos históricos conturbados e de mudanças no modelo econômico pautado pela escravidão. A afirmação se respalda em proposições legislativas promulgadas nesse contexto; tais iniciativas legais serão oportunamente mencionadas adiante, porém, muito embora aspectos normativos tenham influenciado a coletividade oitocentista, aqui se buscará compreender e perquirir a experiência cotidiana de homens e mulheres investidos de uma prática muito comum nesse período: o transporte e a venda de água pelas ruas de Salvador.

À luz de fontes jornalísticas que se reportam ao período, busca-se obter um vislumbre da realidade dessas pessoas, muito embora tais fontes representem, por vezes, perspectivas enviesadas, pautadas em interesses editoriais alinhados com discursos políticos e comerciais ou relatos romantizados de viajantes que retratam suas próprias perspectivas acerca da cidade de Salvador, além de opiniões diversas que revelam intenções retóricas muito particulares na articulação de ideias que se reportam aos aguadeiros. Por outro lado, é notório o silêncio das fontes no que diz respeito a uma perspectiva própria e/ou autoral, desses homens e mulheres que interessam a esse trabalho.

Na intenção de superar tais infortúnios e extrair dessa práxis o máximo de informações aptas à análise do cotidiano, experiência e contribuição dessas pessoas, a quem chamamos de aguadeiros, será empreendido um esforço no manuseio dessas fontes. Assim, buscar-se-á, também, o amparo de trabalhos outros que já tenham enfrentado o assunto, não apenas como forma de conferir credibilidade à análise, mas, sobretudo, de maneira a permitir

novos debates e questões, a partir de outras perspectivas, estabelecendo com elas diálogos e reflexões.

Justifica-se a pretensão da pesquisa, pelo desejo de revelar o papel dos escravos, alforriados e trabalhadores negros livres, para o mundo do trabalho oitocentista em Salvador, em particular, a partir da prática cotidiana dos aguadeiros nos idos de 1850 a 1900 e o quanto suas vivências são capazes de revelar essas pessoas como artífices da liberdade, aptos a movimentar estruturas administrativas e econômicas provincianas, e como tais estruturas tentaram se resguardar do sucesso desses homens e mulheres, em reação direta ou indireta aos seus esforços.

A pesquisa se desenvolverá na perspectiva de uma história social do trabalho que buscará explorar aspectos relacionados ao cotidiano desses homens e mulheres que labutavam nas ruas de Salvador, ao longo da segunda metade do século XIX, inspirado, sobretudo, numa reflexão de G.M Trevelyan, no sentido de que “a História Social deveria preocupar-se com a reconstituição daqueles aspectos que diziam respeito à vida do povo e que a História Política havia deixado de fora” (TREVELYAN, s.d., apud SILVA, 1999, p. 241) destacando, assim, o papel dessas pessoas e como podem ter contribuído para formação da cultura e da identidade soteropolitana.

Para cumprir com as intenções esposadas, a narrativa se desenvolverá em três movimentos que buscarão conhecer as condições de vida e trabalho dessas pessoas através de três vetores determinantes; no primeiro, buscará compreender quem são os aguadeiros; após, descobrir o que eles faziam e por quais motivos; por fim, será abordada a relação dessas pessoas com a coletividade e o poder público. Espera-se, ao final, agregar um mosaico de informações que permitam reflexões capazes de inspirar novas pesquisas em torno do tema, pluralizando o debate acadêmico em torno do assunto, que por certo merece o empenho de novos olhares e perspectivas.

2. AGUADEIROS

A cidade de Salvador é profundamente marcada pelo escravismo. Seus contornos foram bem definidos em 1859, na célebre constatação do médico e viajante alemão Avé-Lallermant, que assim a descreveu:

Poucas cidades pode haver tão originalmente povoados como a Bahia. Se não soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia sem muita imaginação tomá-la por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo o que corre, grita, trabalha, tudo o que transporta e carrega é negro. (LALLERMANT, 1860, apud VERGER, 1981, p.21).

Ao longo da segunda metade do século XIX, muitas mudanças alcançaram a realidade da escravidão e a situação dos negros no Brasil, inclusive na cidade de Salvador.

Como exemplo de legislações situadas no período analisado no presente trabalho, podemos citar a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que proibiu a entrada de Africanos no país; a Lei do Ventre Livre, em 1871, que determinava a liberdade dos filhos de escravos; a Lei dos Sexagenários, em 1885, que tornava livre escravos com mais de 60 anos; e, também, a Lei Áurea, de 1888, que declarou extinta a escravidão no Brasil. Apesar da ordenação cronológica das leis e das impressões que elas possam despertar, destaca-se, em face delas, que não estamos diante de um processo evolutivo linear e/ou positivo, mas sim de legislações esparsas, propostas no período investigado e aqui mencionadas como forma de situarmo-nos no tempo.

Apesar do arcabouço legislativo da época, que guarda conexão com a escravidão, é preciso destacar que, na realidade, estávamos diante de um contexto desafiador, cujos efeitos alcançavam diretamente os negros, como se pode notar a seguir:

(...) tentou-se controlar, no Brasil, a passagem da escravidão à liberdade, com o projeto de ver formada uma classe de libertos dependentes. Formas de sujeição ideológica, em que o paternalismo desempenhou papel essencial e formas de coerção política foram postas em uso. (...) Os libertos, a partir de 1830, foram sendo colocados diante da opção entre a exclusão do país e o trabalho agrícola, de preferência nas grandes propriedades. Se muito cederam e aceitaram a uma situação de dependência, outros resistiram e se

mantiveram nas cidades, apesar das perseguições políticas. Outros, enfim com suficiente capital, preferiram voltar para África: retorno fortemente estimulado pelas autoridades brasileiras e não apenas espontâneo. (CUNHA, 2012. P. 126.).

Nota-se que, apesar de todas as medidas legais que tinham por objeto a escravidão, fato é que, antes do fim da escravatura em 1888 e até mesmo depois dela, os negros continuaram investidos dos ofícios mais árduos, além de sujeitos a controles externos que lhes eram impostos de forma desproporcional, em relação aos brancos. Muitos retornaram a África, motivados por uma política excludente, enquanto outros resistiram e se mantiveram nas cidades, como observamos alhures.

É nesse tecido urdido pelo tempo – em suas mudanças e permanências - que se encontram os aguadeiros, particularmente, aqueles da cidade de Salvador, que ainda continuavam a desempenhar suas funções, apesar de expostos a um ambiente inóspito, marcado por perseguições e restrições.

A despeito disso tudo, e na intenção de saber “quem são” esses aguadeiros, nota-se, a partir de um recorte jocoso de uma edição do jornal *Correio Mercantil*, intitulado “*Diccionario da Tia Michaela*”, que o aguadeiro era um “*homem que vende agua, e anda sujo*” (CORREIO MERCANTIL, edição 00003, 1844, p. 2-3). Apesar da descrição satirizada, não se verifica no recorte nenhuma descrição detalhada que aponte para homens “negros” que vendem água e andam sujos; tampouco referências que apontem para “mulheres negras” investidas desse ofício.

Assim, em busca de informações outras, que possam apontar quem são os aguadeiros, bem como a eventual participação feminina na prática do ofício, voltamo-nos aos estudos de outras pessoas, que possam nos mostrar indícios acerca dessa definição, como vemos adiante:

Pretos aguadeiros e botadores de água [...] enchiam dois ou quatro barris de até 80 litros prendiam-nos ao lombo de um burro e saíam a vender. As mulheres usavam grandes potes de barro e latas, transportados na cabeça, protegida por uma rodela de pano enroscado. (CONSUELO SAMPAIO, 2005, apud CATARINO, 2019, p. 111).

Ao partir do trecho retro, ainda é possível verificar, através de impressões de viagem publicadas nas folhas do jornal “*O Democrata*”, nos idos de 1871, que não apenas homens e

mulheres negros estavam investidos da atividade de aguadeiros, mas, também, crianças, senão, vejamos:

Mariéla tinha quinze anos. Aos onze começara a ser aguadeira da aldeia. Carregava agoa no seu potezinho vermelho, como si levasse na cabeça a mais preciosa das alfaias para seu enxoval. Ingenua como uma rola ella não sabia si existia no mundo outra cousa, além disto, que o pudesse fazer mais ditosa. E ella se considerava feliz... (O DEMOCRATA (BA), edição 00037, 1871, p.3).

Todavia, embora seja possível apontar a participação de negros, mulheres e crianças como aguadeiros é certo que “aos chafarizes da Companhia concorrerão majoritariamente homens pela periculosidade da convivência nestes espaços tratados com total descaso pela Companhia, sem condições de higiene ou qualquer tipo de cuidado” (CATARINO, 2019, p. 111)

Próximos do término do primeiro tópico desse trabalho e diante dos pontos retro suscitados cumpre-nos promover, afinal, uma contextualização das ruas da cidade, como forma de destacar, na sequência, quem eram os aguadeiros de Salvador:

Assim, para saber quem eram esses trabalhadores de rua no contexto da abolição, saber quem foram esses *homens das ruas*, tem-se que saber primeiramente que eles eram negros e mestiços, descendentes diretos dos africanos (via escravidão). Muitos eram libertos, exerciam atividades nas ruas como forma de manter sua existência. Controle, prisões, vadiagens, chalaças, capoeira, resistências, tudo isso compunha a paisagem das ruas de Salvador no final do século XIX. (DURÃES, 2006, p. 76).

Assim, ao fim do primeiro vetor de exploração, podemos constatar que, na cidade de Salvador, aqueles que estavam investidos do ofício de aguadeiros, nas últimas décadas do século XIX eram, em maioria, homens negros - egressos da escravidão - expostos a uma relação de dependência e coerção política externa que não lhes deixavam muitas outras opções, apesar de um contexto normativo que possa sugerir ideias que exortam a liberdade.

3. ÁGUA QUE VAI, ÁGUA QUE VEM: ENTRE O LABOR E A LIBERDADE

Com certo grau de cautela, verificamos quem eram os aguadeiros na cidade de Salvador, ao longo da segunda metade do século XIX. No entanto, para uma compreensão mais profunda acerca das pessoas investidas desse ofício, antes e após o período da escravidão, se faz necessário entender um pouco “o que” eles faziam.

Naturalmente, o primeiro impulso é de afirmar, categoricamente, que levavam água, para lá e para cá, em busca de alguns trocados que lhes permitissem viver. Por certo não há aqui um equívoco. De fato os aguadeiros faziam isso! Mas será que era “apenas” isso que os aguadeiros faziam? No intuito de explorar o questionamento, vamos tomar, como ponto de partida, o que nos diz Francisco Antônio Nunes Neto, ao explorar os aguadouros públicos da cidade de Salvador e as pessoas que os frequentavam:

Na desordenada organização da cidade os aguadouros se constituíam em espaços ruidosos nos quais facilmente se identificava trabalhadores autônomos diversos como as lavadeiras e os aguadeiros – homens que em seus burros e jegues ladeavam a cidade prestando o serviço de vendagem de água nos estabelecimentos comerciais e residenciais (NETO, 2014, p. 137).

No trecho em questão é possível verificar o que supomos em linhas anteriores e, de fato, isso parece ser uma representação possível daquilo que faziam os aguadeiros, ou seja: vendiam água, para cima e para baixo, carregada no lombo de seus animais. Por outro lado, quando nos deparamos com afirmações outras que parecem reveladoras de um papel deveras complexo para simples vendedores de água, algumas inquietações podem e começam a surgir, senão, vejamos:

Mesmo com a o serviço de distribuição de água encanada já implantado, em meados do século XIX, não se conseguiu satisfazer a necessidade de toda a população da cidade. Os moradores continuavam a recorrer aos aguadeiros, que faziam um serviço de distribuição paralelo, por meio das principais fontes existentes na cidade. (PEREIRA 1994, apud FISCHER (.org) *et al*, 2010, p. 436).

No mesmo sentido, é importante destacar as constatações de outro estudo:

A venda d'água de poços particulares era uma atividade amplamente exercida, legítima ou não, conformando uma iniciativa privada que foi

a principal concorrência ao modelo de negócio da Companhia do Queimado (1853-1905). Os Aguadeiros, na Bahia, escravizados de ganho ou libertos, transportando o líquido dos pontos de venda para o domicílio, adquiriam um recurso para a sobrevivência. (CATARINO, 2019, p. 06).

É possível perceber aqui, que o modelo de distribuição de água, na qual também estavam presentes os aguadeiros, representou uma concorrência real à Companhia do Queimado¹, por praticamente todo o período analisado no presente trabalho. Diante disso é imperioso questionar: como trabalhadores que levavam água para cima e para baixo carregada nos lombos de animais, poderiam oferecer um serviço tão duradouro e exitoso, por tanto tempo e com certo protagonismo, apesar de todas as mudanças impostas pelos avanços no sistema de abastecimento de água da cidade de Salvador?

É de se notar, ainda, que “Na manipulação hídrica Africana foram influentes os retornados afro-brasileiros da Bahia, que revelaram conhecimento e domínio da tecnologia dos poços artesianos, ainda hoje uma especialidade da Engenharia” (CATARINO, 2020, p.01).

Embora a presente análise não tenha por intenção debater a respeito dos “aguadeiros” da Bahia retornados à África, com conhecimentos aptos a influenciar o manejo hídrico local, é certa a possibilidade de que muitos, ainda na condição de escravos, trabalhadores livres ou libertos, tenham trabalhado em poços artesianos, legais ou ilegais, para fins de comercialização de recursos hídricos em prol de seus senhores ou em proveito próprio.

É crível, também, que alguns aguadeiros tenham conseguido economizar o suficiente para retornar às suas terras em condições de explorar tais atividades, já que, como visto no tópico anterior, as opções legadas aos libertos não eram das mais favoráveis, motivo pelo qual muitas vezes retornar para a África não era sequer uma escolha, mas sim um caminho imperioso (CUNHA, 2012. P. 126.).

De toda forma, não é objetivo desse tópico perquirir acerca do êxito e influência internacional dessas pessoas, mas sim compreender e perceber o que de fato faziam enquanto aguadeiros na cidade de Salvador, ao longo da segunda metade do século XIX, ainda que seja evidente que tenham feito mais, para além do espaço geográfico em análise.

¹ A Companhia do Queimado foi a primeira concessionária de captação, distribuição e fornecimento de água no Brasil, situada entre os Bairros da Lapinha e Caixa D'Água, em Salvador, Bahia. Maiores informações podem ser obtidas em: <<http://www.cidade-salvador.com/patrimonios/queimado.htm>> acesso em 27 de mar. de 2022.

Diante disso, podemos verificar que, muito mais do que levar e trazer água com fins comerciais, eles concorreram com muita engenhosidade contra todo um sistema administrativo e comercial, por praticamente todo o período analisado. Isso não parece algo possível de ser realizado apenas carregando e vendendo água, aqui e acolá. Dessa forma, antes de compreender e identificar o que de fato faziam (ou o que faziam, além disso) se faz necessário compreender o que a função de aguadeiro representava para essas pessoas, para além do retorno econômico. Nesse intuito, convém analisar o seguinte trecho:

Estes trabalhadores de rua de Salvador de finais do século XIX parecem ter vivido conectados com valores diferenciados, que em nada se aproximavam com os da elite branca. Possivelmente, eles compartilhavam de uma concepção diferenciada do que representava o trabalho – principalmente, em se tratando de trabalho regular, controlado pelo senhor ou por outros, pelo Estado. Este, certamente, era visto como sofrimento e humilhação, haja vista a memória viva de tantos anos passados de cativo e espoliação, de uma escravidão que ainda dava os últimos suspiros. (DURÃES, 2006, p. 84).

Com efeito, o motivo que explica a exploração bem sucedida do ofício de aguadeiro por essas pessoas, talvez esteja amparado em ideais de liberdade que estão além do ganho financeiro, ou seja: pela possibilidade que possuíam de “transitar livremente”, alheios aos grilhões e imposições oriundos da escravidão - pura e simples – e ao controle administrativo e opressor, que passou a se registrar com frequência em relação a essas pessoas, antes e após a abolição.

A esse respeito é digno de nota, também, o posicionamento do pesquisador retro referenciado:

A rua, portanto, principalmente a partir de 1870, com a intensificação da crise do regime escravista colonial, que vinha sofrendo baixa desde o início do século com as restrições inglesas ao tráfico, passou a fornecer um lugar de autonomia e, conseqüentemente, de resistência para os ex-escravos, pois ali se quebravam os grilhões do cativo, mesmo antes da abolição, constituindo-se como seres que definiam o tipo e a forma de sua atividade (por vezes, conseguiam acumular pecúlio para comprar sua liberdade). Logo, em certa medida, passam a trabalhar por si e para si, logo, realizar-se no processo de trabalho (DURÃES, 2006, p. 89).

Verifica-se, assim, que muito mais que levar e trazer água no lombo de jumentos, as pessoas investidas do ofício de aguadeiro na cidade de Salvador, na segunda metade do século XIX, também estavam em franca resistência a um sistema hostil; Como aguadeiros, múltiplas

possibilidades - que não repousavam apenas no imediatismo da renda de subsistência, mas, também, na autonomia que o ofício promovia – se abriam.

Em se tratando de uma forma de resistência a um sistema hostil, é grande, ainda, a tentação de supor que o próprio silenciamento das fontes históricas em torno dos aguadeiros esteja atrelado não apenas a uma intenção da elite branca/dominante, ou a uma atitude manipuladora do poder público e dos poderosos; é muito provável que o silenciamento das fontes esteja conectado, também, a uma necessária discrição que permitisse a prática do ofício para além do controle dos senhores, ou da opressão administrativa ao qual estavam submetidos. A corroborar tal hipótese, vejamos:

João Reis (2000) nos seus estudos dos cantos observa que no Livro de Matrícula de 1887, nenhum dos 822 ganhadores listados como nascidos na África aparece como habilitado para algum ofício. (REIS, 2000, 212) Esta constatação demonstra como as autoridades partiam do pressuposto que os Africanos eram todos apenas carregadores, ou, o silenciamento estratégico dos próprios das suas atividades, que isentava ao pagamento do imposto de dez mil réis anuais à Província por todo Africano que exercesse ofício mecânico: carregadores, aguadeiros. (REIS, 2000, apud CATARINO, 2019, P. 110-111).

De toda forma, tem-se que os aguadeiros não apenas faziam o comércio de água para ganhar a vida; certamente isso representava sim um “fazer”, mas, para além, é possível cogitar nessa prática também uma forma de resistência a um controle externo sobre a própria liberdade, em suas múltiplas dimensões.

Em suma, entre o labor e a liberdade, o “fazer” dos aguadeiros nos permite uma reflexão ainda mais profunda, que talvez explique como se fizeram presentes de forma tão constante, regular e exitosa, durante mais de meio século, na cidade de Salvador, sempre pelejando e resistindo contra as adversidades de um projeto excludente, de uma nação que, a despeito das ideias de liberdade, não os acolhia de bom grado e tampouco legava a eles muitas oportunidades.

Tratamos, aqui, de verdadeiros artífices, que assumiam as rédeas do seu destino e construía, com muita perspicácia e trabalho, a sua própria liberdade.

4. AGUADEIROS E A CIDADE DE SALVADOR

No último tópico deste trabalho, para uma melhor compreensão das dinâmicas que existiram entre os aguadeiros e a cidade de Salvador, é válido observar:

E ainda que a concentração de poder estivesse, nas metrópoles brasileiras, nas mãos da elite branca, elas não conseguiram sustentar os fenômenos que possibilitaram o surgimento de novas vinculações e inter-relações, que, por sua vez, eram inauguradas diante de uma crescente interação e dependência dos primeiros com as classes menos favorecidas, entre elas, os negros que ganhavam as ruas das cidades. (MARINHO e LUCENA, 2021, p. 171).

Diante do trecho em comento, pode-se dizer que, também em Salvador, a situação dos aguadeiros que labutavam nas ruas da cidade conduziria a relações de interdependência e inter-relações com a coletividade, onde a necessidade de atendimento a questões essenciais (pelo que os escravos e ex-escravos eram necessários) conflitava com a lógica cruel de um sistema escravista e excludente, que deixou marcas até os dias de hoje.

A esse respeito, é curioso notar uma peça teatral noticiada nas páginas de um jornal, nos idos de 1854. A peça em questão, que encerraria a noite de apresentações, era então anunciada da seguinte forma: “*Terminará o espectáculo com a graciosa Comedia em um acto – O Misanthropo e o Aguadeiro. Principiará as 8 horas. Os bilhetes achão-se à venda no lugar de costume.*” (O Constitucional: Folha Política, Litteraria e Commercial (BA), edição 00068, 1854, p.4).

Em meio a todo esse conflito, de múltiplos interesses e posições antagônicas, as relações estabelecidas entre essas classes subalternas e a elite branca dominante, impunham, lentamente, uma formação de uma identidade, marcada por aspectos culturais compartilhados, ainda que inconscientemente, nesses movimentos conflitantes e paradoxais.

Com efeito, naquele mesmo ano, esse mesmo jornal ainda faria publicar, na Bahia, uma história de um editorial intitulado: “*Carta de Braz Tisana, Boticario de Lisboa, ao Barbeiro*”. Muito embora tenha supostamente acontecido em outro país, a história em questão, que envolvia um aguadeiro, foi disponibilizada para o público soteropolitano. Vejamos o que ela nos diz:

Acabo de receber uma carta de Paris, que me dá a seguinte noticia de um suicídio singular: No bairro de Antim, morava uma senhora bastante rica, e que orçava pelos 50 janeiros, a qual concebeu uma paixão violenta pelo seu aguadeiro! Não se ria, mestre; as mulheres tem destes caprichos. O aguadeiro era um jovem de boa presença, apesar de ser algum tanto tosco e abrutalhado. A sobredita senhora, não pôde sofrer por mais tempo, a sua violenta paixão, e declarou-a com todas as formalidades. O aguadeiro tomou o caso por cassuada, e respondeu-lhe com um destes risinhos, próprios de aguadeiro! Passados poucos dias, veio a Sra. Apaixonada no conhecimento de que o bolas do aguadeiro se havia casado com uma muchacha do Auvergne. A penas a viúva verificou o facto, encerrou-se na alcova, calafetou, acendeu o braseiro, asfiquou-se, e marchou para o outro mundo, que não tenho vontade de ver. Antes, porém de acender o fogareiro, escreveu uma carta pathetica em que declarava, que se fazia superior à vergonha de sua posição, e se matára, porque apesar dos seus anos, sentia no interior um amor sem esperanças!! olhe que aguadeiro fe-la bonita(...).” (O Constitucional: Folha Política, Litteraria e Commercial (BA), edição 00001, 1854, p.3-4).

Não obstante o trágico relato, bem como a peça teatral também noticiada anteriormente, fato é que, outro jornal - nos idos de 1880 - nos traz uma informação deveras interessante; não em relação à história que será contada no respectivo folhetim, intitulada “*Os Noivos*” e redigida por Teixeira de Queiroz; em verdade, interessa-nos, aqui, notar um trecho em particular, que é secundário em relação à própria história principal veiculada no folhetim, mas que contribui sobremaneira para aquilo que pretendemos ressaltar, através da análise dessas fontes:

A Gustavo, muita gente o tinha visto ir para o escriptorio com botas cambadas, com joelheiras nas calças e com nodoas no fraque velho! Nesse tempo, todo o mundo sabia que era devedor a João Taveira, por uma letra de duzentos mil reis! Também ninguém ignorava que tinha outra letra n'um individuo do Rocio a um juro enorme, de cincoenta por cento e certa pessoa, affirmara a D. Agostinho que, havia cousa de dois mezes. Arrminda mandara os outros brincos que possuía a empenhar na rua da Prata! Viviam então dos expedientes mais ordinários, pedindo fiado na mercearia, fiado o pão, chegando a mandar buscar carne sem dinheiro...Porém o cortador é que não esteve pelos autos, reenviou-lhes a alfofa vasia! Isto soube a D. Theodora Fortes pelo seu aguadeiro que era o mesmo da casa de Gustavo. (O Monitor (BA), edição 00029, 1880, p.1).

À primeira vista, a maior observação que pode ser feita diante dos recortes, é que as histórias retratam um caso de suicídio, uma peça teatral cômica e, por fim, um relato envolvendo intrigas sociais. Por óbvio, todos os recortes tem em comum o fato de representarem uma mera questão de entretenimento. As histórias, provavelmente fictícias, a

princípio, “parecem” inaptas para que delas se extraiam qualquer informação relevante, sendo certo que algumas sequer se passam em território nacional ou na cidade de Salvador.

Por outro lado, se analisarmos as fontes para além daquilo que elas informam de imediato, contrapondo aspectos comuns entre elas e o que estamos a explorar neste tópico - a relação de interdependência estabelecida entre os aguadeiros e as elites que por eles são servidas - uma questão comum, que perpassa todas elas, salta aos olhos: o poder de penetração dos aguadeiros, na vida das pessoas a quem serviam.

Por óbvio, estamos diante de histórias fictícias, mas, se tomarmos, por exemplo, o fato de que um misantropo é, por definição, uma pessoa que naturalmente tem aversão a outras pessoas, podemos ao menos intuir o motivo de uma comédia que retrata a relação entre um aguadeiro e um misantropo. Certamente, as características peculiares inerentes ao aguadeiro, no que concerne ao fornecimento de água e seu trânsito entre casas e estabelecimentos locais, seja uma ideia mais suportável e proveitosa para um misantropo, do que partilhar sua presença num chafariz, repleto de outras pessoas; mais do que isso, talvez o aguadeiro seja uma bela fonte não apenas de água, mas de informações e relatos locais...

De outra banda, se na ficção uma cliente se apaixona pelo seu aguadeiro, que garantia contrária podemos ter, que aponte para uma impossibilidade absoluta de que isso realmente tenha acontecido em algum momento da realidade oitocentista?

Ademais disso, na ausência de redes sociais, internet e outros mensageiros eletrônicos, tão comuns em nossos dias, quem questionaria o poder e utilidade da informação veiculada através dos “burros e jegues que ladeavam a cidade prestando o serviço de vendagem de água” (NETO, 2014, p.137) aos seus fregueses, ávidos para saciar a sede de informações preciosas sobre seus afetos, desafetos, além de outras notícias e curiosidades acerca da cidade?

À luz dessas histórias, que informam situações tão cotidianas e críveis, sejam elas fictícias ou não, é possível compreender como um aguadeiro poderia, com certo grau de naturalidade, através do seu labor, representar um agente social investido de um alto poder de penetração e circulação de ideias e informações na coletividade, notadamente na cidade de Salvador, na segunda metade do século XIX.

Se considerarmos, ademais, que ao longo de todo o período analisado, os aguadeiros se mantiveram em franca concorrência com a Companhia do Queimado e a administração pública local, percebemos o quanto esse poder de penetração, circulação e movimento de coisas e notícias podem ter sido úteis, não apenas à formação de uma rede de distribuição de água, mas, sobretudo, a uma rede capaz de movimentar informações úteis à organização dos aguadeiros e aos seus próprios interesses. Poderia, inclusive, ajudar a explicar a longevidade com a qual os aguadeiros desempenharam esse ofício ao longo de mais de meio século na cidade de Salvador.

Fato é que, mesmo após a encampação do Queimado, em momentos posteriores a 1900, os aguadeiros não desapareceram da cidade de Salvador. Relatos jornalísticos, alguns datados de 1915 e reunidos por CATARINO (2019, P. 119), por exemplo, ainda apontavam - inconformados - os lucros exorbitantes e inexplicáveis auferidos por eles.

Um pouco antes disso, em 1899, “O Aguadeiro foi envolvido na polêmica entre a Municipalidade e a Companhia, sendo sinalizado como o principal obstáculo à distribuição pelo exagerado preço cobrado pelo transporte” (CATARINO, 2019, p. 119). A autora ainda informou que a Municipalidade implantou um serviço emergencial de distribuição de água por carroças, nesse mesmo ano, disponibilizando uma alternativa ao serviço prestado pela Companhia e pelos aguadeiros, alternativa essa que, em verdade, parecia apenas uma forma de interferir no exercício do ofício, como bem descreveu:

No entanto, através da compra d'água nos chafarizes pelo serviço de carroças, a Intendência parece, mais uma vez, apenas preocupada em interferir no trabalho do Aguadeiro, impedindo a adição da taxa de transporte - seu lucro. Substituindo o Aguadeiro de ganho pelas carroças Municipais, que contrataram os mesmos Aguadeiros, mas agora sobre restrições contratuais: supervisão, chefia, horário de trabalho, objetivos e rendimento fixo pela Municipalidade. (CATARINO, 2019, p. 119).

Evidentemente, o plano da Municipalidade não foi dos melhores e não surtiu o efeito desejado. Recordemo-nos, aqui, do tópico anterior abordado nesse trabalho, referente “ao que faziam” os aguadeiros, e como esses artífices da liberdade resistiam à opressão e à dominação que lhes eram impostas. Destacou-se, na ocasião, que a prática dos aguadeiros refletia, sobretudo, uma resistência ao controle e às imposições de terceiros que ameaçassem ou pusessem em risco sua já tão precária liberdade. Diante de tudo isso, não é nenhuma surpresa constatar que, além da medida adotada pela Intendência não ter resolvido “a crise” do

abastecimento de água em 1899, os problemas entre eles e os aguadeiros ainda permaneciam ativos, como já vimos, também nas primeiras décadas do século XX.

Por fim, já aproximando-nos das últimas linhas do presente trabalho, uma matéria de jornal de 1899, que dialoga com tudo que vimos até agora, nos apresenta uma informação que, por si só, é digna de futuras pesquisas, senão, vejamos:

Continua esse verviço a ser feito com a maior irregularidade que se pode imaginar, graças á má vontade ou á falta de intuição que teem dos seus deveres aquelles que d'elle se acham encarregados. Por mais que repugne acreditar-se as faltas cometidas são de tal ordem, que só acham explicação pelo conluio do carroceiro da agua municipal e o aguadeiro particular. Desde que este falta e aquelle é chamado a cumprir o seu dever, vendendo água a retalho á população, exclama logo em tom arrogante e sinistro: vá chamar o seu freguez porque não estou para massadas. Chame o seu antigo fornecedor. Esta é a resposta que recebem todos os que são forçados a comprar agua do vehiculo municipal.(Cidade do Salvador (BA), edição 00049, 1899, p.1).

Diante do trecho em referência, impossível não questionar: até que ponto esse alto poder de penetração dos aguadeiros na vida social de Salvador contribuiu para uma resistência organizada a essas investidas da Intendência? A hipótese de conluio entre o aguadeiro municipal e o privado deve ser analisada sob a ótica de uma estratégia articulada de resistência? Teriam mesmo cogitado alternativas para combater o problema do transporte de água e das carroças municipais, como sugere o relato retro?

Evidentemente, não se pretende provar essas hipóteses nesse trabalho, que caminha para seu fim, ainda que elas se revelem coerentes com tudo que vimos até aqui e com todos os problemas cada vez mais frequentes, no que diz respeito à distribuição de água e os aguadeiros, nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do Século XX...

Não obstante, evidenciamos aqui a relação de interdependência entre os aguadeiros, o povo de Salvador e o poder público local, além de destacar como o poder de penetração que possuíam na vida das pessoas poderia favorecer não apenas o estabelecimento de uma rede de informações e influência cultural, mas uma verdadeira organização coletiva pautada nas informações a que tinham acesso, em virtude de sua lida laboral; águas passadas que certamente moveram moinhos, na sociedade oitocentista da cidade de Salvador.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, buscou-se aproximação das condições de vida e trabalho de homens e mulheres investidos do ofício de aguadeiros, na segunda metade do século XIX, na cidade de Salvador, Bahia. Podemos afirmar, ao final, que estamos diante de trabalhadores engenhosos, verdadeiros artífices da liberdade, que encontraram no ofício uma forma de sobreviver e, mais do que isso, resistir a quaisquer tentativas de controle de terceiros sobre as suas próprias vidas, sempre construindo seus caminhos com autonomia e determinação.

Muito embora mulheres e crianças também tenham sido aguadeiros, fato é que pelas próprias condições de trabalho e particularidades da cidade de Salvador, originalmente cabia aos homens negros o desempenho de tal ocupação, o que acabava por excluir, em certa medida, as demais pessoas mencionadas.

No mais, a partir da relação dos aguadeiros com a coletividade e o poder público, foi possível verificar que a convivência com a freguesia e as dinâmicas intrínsecas à relação entre esses grupos, provavelmente contribuíram para a formação de uma identidade soteropolitana, em face de uma circulação efetiva de ideias, coisas e concepções, do ponto de vista social e cultural, potencializadas graças às redes de comunicações sustentadas através das rotinas do aguadeiro.

Para além, é possível apontar uma inequívoca contribuição para o mundo do trabalho. A ideia de autonomia ou independência laboral, associada a uma resistência que estava muito além do mero trabalho de subsistência econômica, representa um ideal que talvez só pudesse ser cogitado em face das específicas circunstâncias que o momento histórico apresentou e impôs a essas pessoas.

Os aguadeiros de Salvador, ao longo da segunda metade do século XIX, souberam lidar de forma engenhosa com diversos cenários de opressão; a cada passo da pesquisa era grande a sensação de que a todo o momento eles estavam, ainda que discretamente, um passo a frente das investidas de todos que ameaçavam sua liberdade de viver, trabalhar, ir e vir.

Ao término desse trabalho, resta o desejo de que as linhas aqui lavradas possam, na medida do possível, servir a um propósito maior de pluralização dos debates em torno da

história dessas pessoas, de forma que suas trajetórias sejam aprofundadas e reveladas em outros trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

CATARINO, Diana Margarida. “*Dos Aguadeiros aos mai ruwa. Os donos da água em Salvador (BR) e Lagos (NG). A transmissão transatlântica oitocentista Inglesa do negócio e da técnica hidráulica*”. In: 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

CATARINO, Diana Margarida. “*A Companhia do Queimado (1852-1905). Impactos desiguais na malha urbana de Salvador e na profissão do Aguadeiro.*” Tese (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos), Salvador, UFBA - Universidade Federal da Bahia, 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “*Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*”. 2º ed. rev. ampl. - São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. “*Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI*”. Tese (Mestrado em Sociologia), Campinas, SP, UNICAMP : [s. n.], 2006.

MARINHO, Nilene Matos Trigueiros; LUCENA, Ricardo Figueiredo. “*Urbanização e repressão ao comportamento negro em Salvador no século XIX*”. In: *Perspectivas em Diálogo*, Naviraí, v. 08, n. 17, maio/ago. 2021. p. 170-192.

NETO, Francisco Antônio Nunes. “*Entre fontes, chafarizes e o dique: a introdução do sistema de abastecimento de água em Salvador*”. In: *Revista FSA*, Teresina, v. 11, n. 4, art. 8, out/dez. 2014. p. 134-157.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia (org.), *O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*. Salvador, UFBA/SEMA, 2010.

SILVA, Maria Manuela. “*História Social ou “O que a História Política deixou de fora”*” In: *Phoênix*, Rio de Janeiro, 5: 241-254, 1999.

VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia de 1850*. Salvador, Corrupio, 1981.

FONTES DE JORNAL

BRASIL. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. *Correio Mercantil : Jornal Politico, Commercial e Litterario (BA) - 1836 a 1849, 03/01/1844*. Edição 00003. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=186244&pesq=aguadeiro&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.br&pagfis=5284>>. Acesso em: 27 de mar. 2022

BRASIL. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. *O Constitucional : Folha Politica, Litteraria e Commercial (BA) - 1851 a1864, 21/01/1854*. Edição 00001. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=823317&pesq=aguadeiro&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=921>>. Acesso em: 27 de mar. de 2022

BRASIL. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. O Constitucional : Folha Política, Litteraria e Commercial (BA) - 1851 a1864, 12/09/1854. Edição 00068. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=823317&pesq=aguadeiro&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=1155>>. Acesso em: 27 de mar. de 2022

BRASIL. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. O Democrata (BA) - 1871, 07/09/1871. Edição 00037. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817546&pesq=aguadeira&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=3>>. Acesso em: 27/03/2022

BRASIL. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. O Monitor (BA) - 1876 a 1881, 11/07/1880. Edição 00029. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704008&pesq=aguadeiro&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=4123>>. Acesso em: 20 de set. de 2021

BRASIL. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Cidade do Salvador (BA) - 1897 a 1899, 06/04/1899. Edição 00049. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763250&pesq=aguadeiro&hf=memoria.bn.br&pagfis=1268>>. Acesso em: 12 de out. de 2021